

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**
PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2021**

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL DAS ANTAS

MORADA: Avenida Fernão Magalhães, 1875

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Bonfim

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4350-171



(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

DATA: _____

ASSINATURAS:

CENTRO SOCIAL DAS ANTAS

Contribuinte : 506452905

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	17 255,58	9 157,59
Investimentos financeiros	11.1	1 053,91	909,67
		18 309,49	10 067,26
Ativo corrente			
Inventários	6	708,30	769,55
Créditos a receber	11.2	4 795,49	2 531,49
Estado e outros entes publicos	11.8	736,13	1 403,37
Diferimentos	11.4	1 078,00	1 308,40
Outros ativos correntes	11.3	5 916,92	2 062,04
Caixa e depósitos bancários	11.5	7 242,62	11 229,28
		20 477,46	19 304,13
Total do Ativo		38 786,95	29 371,39
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	11.6	-36 719,93	-40 846,46
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	8 850,00	
		-27 869,93	-40 846,46
Resultado líquido do período		833,53	4 126,53
Total dos fundos patrimoniais		-27 036,40	-36 719,93
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	5 516,31	5 604,41
Estado e outros entes publicos	11.8	2 870,10	2 422,85
Financiamentos obtidos	5	0,00	1 743,40
Diferimentos	11.4	4 344,22	0,00
Outros passivos correntes	11.9	53 092,72	56 320,66
		65 823,35	66 091,32
Total do Passivo		65 823,35	66 091,32
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		38 786,95	29 371,39

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL DAS ANTAS

Contribuinte: 506452905

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	7	84 742,80	79 210,98
Subsídios, doações e legados à exploração	8 / 11.10	131 755,88	144 756,22
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-47 253,79	-40 215,86
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-37 324,49	-39 201,19
Gastos com o pessoal	9	-130 317,16	-132 843,04
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	0,00	-2 017,88
Aumentos / reduções justo valor	11.12	0,00	0,46
Outros rendimentos	11.13	1 794,41	1 559,56
Outros gastos	11.14	-500,03	-2 475,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 897,62	8 774,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-2 041,80	-4 520,52
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		855,82	4 253,50
Juros e gastos similares suportados	11.15	-22,29	-126,97
Resultados antes de impostos		833,53	4 126,53
Resultado líquido do período		833,53	4 126,53

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: CENTRO SOCIAL DAS ANTAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 506452905

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro Convívio	Centro de Dia	SAD	Gabinete Apoio Social	PERÍODOS	
						2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	3 678,42	37 455,18	32 866,55	10 742,65	84 749,80	79 210,98
Custo das vendas e dos serviços prestados	6 / 9	-23 539,70	-73 952,87	-76 607,58	-3 470,80	-177 570,95	-173 058,90
Resultado Bruto		-19 861,28	-36 497,69	-43 741,03	7 271,85	-92 828,15	-93 847,92
ISS, IP - Centro Distrital Porto		6 840,96	36 001,24	53 082,00	0,00	95 924,20	115 930,16
Outros Rendimentos		2 605,34	10 923,59	24 097,16	0,00	37 626,09	30 386,07
Gastos administrativos		-2 944,13	-13 612,58	-22 809,58	0,00	-39 366,29	-47 295,29
Outros Gastos		-40,00	-185,04	-274,99	0,00	-500,03	-919,52
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-13 399,11	-3 370,48	10 353,56	7 271,85	855,82	4 253,50
Gastos de financiamento (líquidos)	5	-1,78	-8,23	-12,28	0,00	-22,29	-126,97
Resultado antes de impostos		-13 400,89	-3 378,71	10 341,28	7 271,85	833,53	4 126,53
Resultado líquido do período		-13 400,89	-3 378,71	10 341,28	7 271,85	833,53	4 126,53

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL DAS ANTAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		82 965,03	76 679,49
Pagamentos a fornecedores		-88 581,65	-75 470,44
Pagamentos ao pessoal		-90 335,58	-89 301,37
Caixa gerada pelas operações		-95 952,20	-88 092,32
Outros recebimentos/pagamentos		72 690,36	76 153,60
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-23 261,84	-11 938,72
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-918,00
Investimentos financeiros		-152,80	-147,92
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Subsidios ao investimento		5400,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	93,45
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		5 247,20	-972,47
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		15 543,35	17 227,90
Outras operações de financiamentos		0,00	6 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1 493,08	-2 905,55
Juros e gastos similares		-22,29	-126,97
Outras operações de financiamento		0,00	-6 000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		14 027,98	14 195,38
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-3 986,66	1 284,19
Caixa e seus equivalentes no início do período		11 229,28	9 945,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.5	7 242,62	11 229,28

A Direcção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL DAS ANTAS

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2021**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Empréstimos Obtidos	11
6	Inventários	12
7	Rédito	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
9	Benefícios dos empregados	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
11	Outras Informações	14
11.1	Investimentos Financeiros	14
11.2	Créditos a receber	14
11.3	Outros Ativos Correntes	15
11.4	Diferimentos	16
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	16
11.6	Fundos Patrimoniais	16
11.7	Fornecedores	16
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	16
11.9	Outros Passivos Correntes	17
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	17
11.11	Fornecimentos e serviços externos	17
11.12	Aumentos / reduções justo valor	18
11.13	Outros rendimentos	18
11.14	Outros gastos	18
13.15	Resultados Financeiros	18
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	19
11.17	Acontecimentos após data de Balanço	19

1 Identificação da Entidade

O Centro Social das Antas é uma associação pública de fiéis, também constituída em Instituição Particular de Solidariedade Social, criada por iniciativa da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo António das Antas e ereta canonicamente por decreto do Bispo da Diocese do Porto, em 2003. Com sede na Avenida Fernão Magalhães nº1875, na freguesia do Bonfim, concelho e distrito do Porto.

O Centro Social das Antas propõe-se através da sua ação social contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, podendo colaborar com os serviços públicos competentes ou as instituições particulares num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

Tem como valores:

- a) O conceito unitário e global da pessoa humana e respeito pela sua dignidade;
- b) O conceito cultural, espiritual e moral de todos os paroquianos;
- c) O espírito de convivência e de solidariedade social como fator decisivo do trabalho comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agregados e da comunidade paroquial;
- d) Sendo um serviço da paróquia como comunidade cristã, devendo, assim, proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus utentes e não permitir qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos.

Tendo presentes estes valores e os objetivos a que se propõem, o Centro Social das Antas mantém as seguintes atividades:

- a) Centro de Convívio para idosos e carenciados;
- b) Centro de Dia para idosos carenciados;
- c) Serviço de Apoio Domiciliário, e;
- d) Gabinete de Apoio Social.

Na medida em que seja aconselhável e os meios o permitam o Centro Social das Antas pode ainda exercer outras atividades culturais, educativas, recreativas, de saúde e assistência a comunidade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado

pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se

continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o cotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	4 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	4 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

No caso do Centro Social das Antas, não existem “Ativos Intangíveis” a registar.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo

montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

3.2.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

4 Ativos Fixos Tang veisOutros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2020	Adições	Abate	Transferência	31-12-2021
Edifícios e Outras Construções	27 334,67				27 334,67
Equipamento Básico	6 111,94	389,79			6 501,73
Equipamento de Transporte	41 274,64	9 750,00			51 024,64
Equipamento Administrativo	10 590,15				10 590,15
Ativo Tangível Bruto	85 311,40	10 139,79	0,00	0,00	95 451,19
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	18 778,87	1 163,59			19 942,46
Equipamento Básico	5 510,15	715,71			6 225,86
Equipamento de Transporte	41 274,64	162,50			41 437,14
Equipamento Administrativo	10 590,15				10 590,15
Depreciações Acumuladas	76 153,81	2 041,80	0,00	0,00	78 195,61
Ativo Tangível Líquido	9 157,59	8 097,99	0,00	0,00	17 255,58

5 Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos   medida que são incorridos. A rubrica financiamentos apresenta a seguinte composição, relativa   locação financeira:

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	1.743,40	0,00	1.743,40
Total	0,00	0,00	0,00	1.743,40	0,00	1.743,40

Os juros e amortizações de capital dos financiamentos, estão divulgados no quadro seguinte:

Descrição	2021			2020		
	Capital Amortizado	Juros	Total	Capital Amortizado	Juros	Total
Locação financeira	1.743,40	22,29	1.765,69	2.674,31	126,97	2.801,80
Total	1.743,40	22,29	1.765,69	2.674,31	126,97	2.801,80

Relativamente aos Gastos de Financiamento reconhecidos durante o período de 2021, foram registados juros no montante de 22,29€ anuais.

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2021	2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	708,30	769,55
Total	708,30	769,55

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2021	2020
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	769,55	0,00
Compras	38.300,14	32.961,78
Doações	8.892,40	8.023,63
Saldo Final	708,30	769,55
Gastos do Período	47.253,79	40.215,86

7 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2021	2020
Prestação de Serviços	84.742,80	79.210,98
Quotas do Utilizadores	84.742,80	79.210,98
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	132,80
Rendimentos suplementares	0,00	132,80
Total	84.742,80	79.343,78

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021				2020		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			95.924,20*			109.926,12
Adaptar Social +	Não Reembolsável			0,00			6.004,04
IEFP	Não Reembolsável			9.314,25			2.912,61
Junta de Freguesia do Bonfim	Não Reembolsável			0,00			350,00
Município do Porto	Não Reembolsável	8.850,00		150,00			0,00
IAPMEI	Não Reembolsável			253,20			0,00
Total		8.850,00	0,00	105.561,65	0,00	0,00	119.192,77

*Nota: No valor de 95.924,20€ reconhecido como subsídios concedidos pelo ISS, IP, na dotação, está refletida a reposição de 4.318,20€ referente ao Centro de Dia (período de julho a dezembro de 2020).

9 Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais são compostos por 10 elementos, ou seja, fazem parte da Direção 7 e do Conselho Fiscal 3. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2021 e 2020.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 e 2020 foi de 10.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	107.236,09	107.508,90
Encargos sobre as Remunerações	21.692,71	23.418,49
Seguros de Acidentes no Trabalho	1.250,86	1.780,65
Outros Gastos com o Pessoal	137,50	135,00
Total	130.317,16	132.843,04

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2021 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	Nº horas anuais
7	Apoio no refeitório e acompanhamento de utentes	686

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Outros investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	489,58	345,34
FRSS	564,33	564,33
Total	1053,91	909,67

11.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes e Utes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Utentes c/c		
Utentes – Centro de Convívio	804,65	314,22
Utentes – Centro de Dia	2006,50	2.100,93
Utentes – Serviço Apoio Domiciliário	1.508,70	0,00
Utentes – Gabinete de Apoio Social	475,64	116,34
Total	4.795,49	2.531,49

Para o período de 2021 na rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
Utentes c/c		
Utentes	4.795,49	4.549,37
Perdas por imparidade	0,00	-2.017,88
Total	4.795,49	2.531,49

Em 2021 foi registado em “Perdas por imparidade”:

Descrição	2021	2020
Dívidas receber utentes	0,00	2.017,88
Total	0,00	2.017,88

11.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Entidades setor público administrativo	5.916,92	2.062,04
ISS, IP	0,00	2.062,04
IEFP	2.316,92	0,00
Município do Porto	3.600,00	0,00
Outros devedores	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	5.916,92	2.062,04

O saldo de 2.316,92€ a receber do IEFP refere-se ao valor remanescente da Medida Incentivo ATIVAR.PT, Processo nº0500/TI/21, ainda não recebido à data do balanço.

O saldo de 3.600,00€ a receber do Município do Porto refere-se ao valor remanescente do acordo assinado da atribuição de um subsídio ao investimento para aquisição de uma viatura.

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguro Automóvel	950,12	825,59
Seguros Outros	482,81	482,81
Total	1.078,00	1.308,40
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP (Medida Incentivo ATIVAR.PT)	4.344,22	0,00
Total	4.344,22	0,00

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	152,13	28,06
Depósitos à Ordem	1.090,49	1.701,22
Depósitos a Prazo	6.000,00	9.500,00
Total	7.242,62	11.229,28

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo Social	0,00			0,00
Resultados Transitados	-40.846,46	4.126,53		-36.719,93
Ajustamentos/Outras Variações	0,00	9.000,00	150,00	8.850,00
Total	-40.846,46	13.126,53	150,00	-27.869,93

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c		
Fornecedores	5.516,31	5.604,41
Total	5.516,31	5.604,41

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
IVA - Restituição	736,13	1.403,37
Total	736,13	1.403,37
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	443,00	392,00
Segurança Social	2414,10	2.018,15
Outras (FCT)	13,00	12,70
Total	2.870,10	2.422,85

11.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Pessoal		
Remunerações a pagar	0,00	0,05
Credores por Acréscimo de Gastos		
Remunerações a Liquidar	16.174,69	19.815,05
Acréscimo de gastos	912,16	985,96
Fábrica da Igreja Paroquia Sto. António das Antas	35.519,60	35.519,60
Adiantamento de utentes	486,27	0,00
Total	53.092,72	56.320,66

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	105.491,95	119.192,77
Donativos	26.263,93	25.563,45
Total	131.755,88	144.756,22

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	11.763,69	9.723,69
Materiais	2.278,94	8.690,30
Energia e fluídos	14.914,93	12.856,92
Deslocações, estadas e transportes	58,20	50,86
Serviços diversos	8.115,47	7.471,42
Encargos com Utentes	193,26	408,00
Total	37.324,49	39.201,19

11.12 Aumentos / reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2021 e 2020 os ganhos de "justo valor" nos seguintes instrumento financeiro:

Descrição	2021	2020
FCT – Fundo de Compensação Trabalho	0,00	0,46
Total	0,00	0,46

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	0,00	139,44
Outros Rendimentos e Ganhos	1.644,41	
Imputação de subsídios ao investimento	150,00	1.420,12
Total	1.794,41	1.559,56

11.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,04	0,00
Dívidas incobráveis utentes	0,00	1.555,70
Quotizações	96,00	96,00
Outros Gastos	403,99	823,53
Total	500,03	2.475,23

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	22,29	126,97
Total	22,29	126,97
Juros e rendimentos similares obtidos		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-22,29	-126,97

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2021, foi o seguinte:

- Centro de Convívio – 7
- Centro de Dia – 20
- Serviço de Apoio Domiciliário – 15
- Gabinete de Apoio Social - 8

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro 2021

O Contabilista Certificado



A Direção
